

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 19 de outubro de 2011.

Edição nº 794

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins.....	2
---------------	---

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal	2
Súmulas de contratos.....	2
Avisos de licitações.....	3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins.....	4
Editais.....	6



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 19 de outubro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 794

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM N.º 516/2011

O SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

DESIGNAR, nos termos do Provimento n.º 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais n.º 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 6 meses, a contar do dia 07/10/2011, ALINE PRIMIERI, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão n.º 423, na modalidade "serviço voluntário cidadão" (Port. 3347/11).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de outubro de 2011.

ISABEL GUARISE BARRIOS BIDIGARAY,

Promotora de Justiça,

Chefe de Gabinete.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N.º 517/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

EXONERAR

- a pedido, a contar de 17 de outubro de 2011, o servidor KENMAN CORRÊA YUNG, ID n.º 3432769, do cargo de Agente Administrativo, deste órgão, em virtude de posse em cargo público estadual (Port. 3362/2011).

CONSIDERAR

- habilitado para tomar posse, a contar de 17/10/2011, no cargo de Agente Administrativo, Classe "M", LEONEL GUERREIRO DO AMARAL, tendo entrado em exercício em 18/10/2011.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 19 de outubro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 4260-09.00/10-5
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 34/10
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATADA: MARILISE KOZOROSKI GIOGETTA: aquisição dos itens abaixo discriminados:

ITEM	QTD.	MATERIAL E MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
3	05	Bebedouro de coluna p/ garrafão – 110V/ Karina K20	R\$ 390,00	R\$ 1.950,00
5	10	Bebedouro de mesa p/ garrafão – 110V/ Karina – K20	R\$ 389,00	R\$ 3.890,00

VALOR TOTAL: R\$ 5.840,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:

Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5212; **FUNDAMENTO LEGAL**: Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33-08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 4260-09.00/10-5
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 34/10
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATADA: ATTIVITÁ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.: aquisição do item abaixo discriminado:

ITEM	QTD.	MATERIAL E MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
4	05	Bebedouro de coluna p/ garrafão – 220V/ Libell Master Branco	R\$ 385,00	R\$ 1.925,00

VALOR TOTAL: R\$ 1.925,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**:

Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5212; **FUNDAMENTO LEGAL**: Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33-08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA
PROCESSO N.º 4260-09.00/10-5
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 34/10
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATADA: E.D. AZAMBUJA & CIA LTDA.: aquisição do item abaixo discriminado:



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 19 de outubro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 794

ITEM	QTD.	MATERIAL E MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	10	Bebedouro de mesa p/ garrafão – 220V/ Esmaltec EGM30	R\$ 385,00	R\$ 3.850,00

VALOR TOTAL: R\$ 3.850,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5231; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33/-08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA

PROCESSO N.º 4260-09.00/10-5

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 34/10

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONTRATADA: CLIMATINTAS LTDA.: aquisição do item abaixo discriminado:

ITEM	QTD.	MATERIAL E MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
7	30	Aquecedor elétrico ambiental a óleo – 220V / Mondial E-04	R\$ 180,00	R\$ 5.400,00

VALOR TOTAL: R\$ 5.400,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 2746, Natureza da Despesa 4.4.90.52, Rubrica 5212; **FUNDAMENTO LEGAL:** Leis Federais 8.666/93 e 10.520/02, Leis Estaduais 11.389/99 e 13.191/09 e Provimentos PGJ/RS 33/-08, 47/05, 40/04 e 54/02.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO

DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL EM ENCANTADO

PROCESSO N.º 15380-09.00/03-8

LOCADOR: MARIA CRISTINA BUFFON CASTOLDI; **OBJETO:** prorrogação, por 03 (três) meses, a contar de 7 de setembro de 2011, do prazo do contrato de locação do imóvel locali-

zado na Rua Sete de Setembro, n.º 807, em Encantado/RS, destinado à instalação e ao funcionamento da Promotoria de Justiça da Cidade; **FUNDAMENTO LEGAL:** cláusulas segundas do ajuste.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 06 de outubro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

SÚMULA DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA

PROCESSO N.º 9994-09.00/09-1

TOMADA DE PREÇOS N.º 06/09

CONTRATADA: FATOR ENGENHARIA LTDA.; **OBJETO:** prorrogação do período de vigência contratual, por 03 (três) meses, a contar de 02 de outubro de 2011. **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Federal n.º 8.666/93 e cláusula décima quarta do contrato.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 32/2011

PROCESSO N.º 712-09.00/11-1

AVISO DE REVOGAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, atendendo ao disposto na Lei n.º 8.666/93, **TORNA PÚBLICA** a decisão de **REVOGAÇÃO** do Pregão Eletrônico n.º 32/2011. Os autos desta licitação encontram-se na Assessoria Jurídica da Direção-Geral para vista aos interessados, os quais poderão recorrer da decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2011.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

Diretor-Geral.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

Tomada de Preços n.º 12/2011 (Processo n.º 003174-09.00/11-0) **Tipo** menor preço (global). **Objeto:** contratação de prestação de serviços de engenharia com fornecimento de materiais, para a construção do prédio sede das Promotorias de Justiça de Portão (RS), com área total de 382,64m², na Rua Manaus, esquina com as Ruas São Paulo e Minas Gerais, conforme Edital e seus Anexos. **Preço orçado:** R\$



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 19 de outubro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 794

999.670,08. **Prazo:** 11 meses. **Data e horário de abertura:** 07/11/2011, às 14 horas. **Local:** Rua General Andrade Neves, 106, 17.º andar, Centro, Porto Alegre (RS). **Editais:** <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/precos>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei n.º 8.666/93, e alterações.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 18 de outubro de 2011.

LUIS ANTÔNIO BENITES MICHEL,

Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM Nº 10/2011 - CAO

A COORDENADORA DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

PROMOTORIA DE ARROIO DO MEIO

1) Inquérito Civil nº 020/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Estevam Araujo, da Promotoria de Justiça de Arroio do Meio, com a finalidade de apurar possível precariedade dos sinais de telefonia móvel na localidade de Arroio Grande, Município de Arroio do Meio – RS, tendo como investigadas as Empresas de Telefonia VIVO e OI.

PROMOTORIA DE SÃO FRANCISCO DO SUL

1) Inquérito Civil nº 029/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antonio Barabá Dias, da Promotoria de Justiça de São Francisco do Sul, com a finalidade de investigar o tempo de espera nas filas de atendimento do Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Agência São Francisco de Assis, RS, bem como existência de legislação local acerca do tempo mínimo de espera no atendimento bancário, tendo como investigados o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, Banrisul, Agência São Francisco de Assis, RS e o Município de São Francisco de Assis.

PROMOTORIA DE GETÚLIO VARGAS

1) Peça de Informação nº 031/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, da Promotoria de Justiça de Getúlio Vargas, com a finalidade de investigar eventual ocorrência de prova de automobilismo, em descumprimento da legislação pertinente, no Município de Erebangó, nos dias 24 e 25 de setembro.

PROMOTORIA DE SANTA CRUZ DO SUL

1) Inquérito Civil nº 071/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de apurar eventual descumprimento do inciso VIII, do art. 10, da Portaria nº 116/2000 da ANP, tendo como investigado Paradoiro Serrano – Posto de

Combustíveis LTDA.

2) Inquérito Civil nº 072/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Simone Spadari, da Promotoria de Justiça de Santa Cruz do Sul, com a finalidade de verificar as condições de oferta de ingressos promocionais ou não, no que tange ao cumprimento da Lei Municipal nº 3.429/99 pela Associação de Entidades Empresariais de Santa Cruz do Sul - ASSEMP na organização da Oktoberfest/2011, no município de Santa Cruz do Sul, bem como a regularização da divulgação da oferta de meia-entrada aos consumidores estudantes para os shows do referido evento, tendo como investigado a Associação de Entidades Empresariais de Santa Cruz do Sul.

PROMOTORIA DE RIO GRANDE

1) Inquérito Civil nº 089/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, com a finalidade de apurar eventual atitude lesiva da empresa União de Clínicas do Rio Grande Ltda. em modificar o rol de médicos especialistas oferecidos aos seus segurados em plano de saúde, tendo como investigada União de Clínicas do Rio Grande Ltda..

2) Inquérito Civil nº 092/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, com a finalidade de apurar possível ilícito decorrente do oferecimento de supostos serviços ao consumidor sem a contraprestação efetiva, tendo como investigado Charles Ferreira Pires.

3) Peça de Informação nº 083/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor decorrente do plano de saúde oferecido, tendo como investigada Promed Call.

4) Peça de Informação nº 097/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, com a finalidade de apurar possível divergência entre o preço das mercadorias cobrado na caixa e o apresentado nos encartes e faixas promocionais, tendo como investigado Hipermercado BIG.

5) Peça de Informação nº 099/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, com a finalidade de apurar eventual dano ao consumidor decorrente do preço abusivo dos combustíveis, tendo como investigado Abastecedora de Combustíveis e Lubrificantes 1200 Ltda. – Posto do Tigre.

6) Peça de Informação nº 100/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, da Promotoria de Justiça de Rio Grande, com a finalidade de apurar possível dano ao consumidor decorrente de consulta oftalmológica supostamente ilícita, tendo como investigada Ótica Prisma.

PROMOTORIA DE HERVAL

1) Inquérito Civil nº 010/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiane Maria Scholl Levien, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de manipulação de Gás Liquefeito de Petróleo no interior da distribuidora, com consequente vazamento, tendo como investigada Distribuidora de Gás Fernandes, localizada na Avenida Borges de Medeiros, Município de Herval.

PROMOTORIA DE VIAMÃO



1) Peça de Informação nº 093/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar possível lesão a direito coletivo do consumidor.

2) Inquérito Civil nº 111/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar eventual risco à saúde dos consumidores, tendo em vista a comercialização de produtos sem os cuidados necessários previstos na legislação, notadamente nos artigos 18, § 6º, inciso II e 39, inciso VIII, ambos da Lei n.º 8.078/901, c/c o artigo 463 do Decreto Estadual n.º 23430/74, tendo como investigado Genésio Guaragni.

3) Inquérito Civil nº 112/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar possível risco à saúde dos consumidores, tendo em vista a comercialização de produtos sem os cuidados necessários previstos na legislação, notadamente nos artigos 18, § 6º, inciso II e 39, inciso VIII, ambos da Lei n.º 8.078/901, c/c o artigo 463 do Decreto Estadual n.º 23430/74, tendo como investigado Osmarini e Osmarini.

4) Inquérito Civil nº 114/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar eventual risco à saúde dos consumidores, tendo em vista a comercialização de produtos sem os cuidados necessários previstos na legislação, notadamente nos artigos 18, § 6º, inciso II e 39, inciso VIII, ambos da Lei n.º 8.078/901, c/c o artigo 463 do Decreto Estadual n.º 23430/74, tendo como investigado Luciano Feijó de Fraga.

5) Inquérito Civil nº 115/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar possível risco à saúde dos consumidores, tendo em vista a comercialização de produtos sem os cuidados necessários previstos na legislação, notadamente nos artigos 18, § 6º, inciso II e 39, inciso VIII, ambos da Lei n.º 8.078/901, c/c o artigo 463 do Decreto Estadual n.º 23430/74, tendo como investigado Moura e Silva Açougue LTDA.

6) Inquérito Civil nº 116/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar eventual risco à saúde dos consumidores, tendo em vista a comercialização de produtos sem os cuidados necessários previstos na legislação, notadamente nos artigos 18, § 6º, inciso II e 39, inciso VIII, ambos da Lei n.º 8.078/901, c/c o artigo 463 do Decreto Estadual n.º 23430/74, tendo como investigado Marcos Vinicius Barcellos Goulart.

7) Peça de Informação nº 104/2011, instaurada pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça de Viamão, com a finalidade de apurar a qualidade do serviço médico prestado, tendo como investigado Instituto de Cardiologia de Viamão.

PROMOTORIA DE MARAU

1) Inquérito Civil nº 07/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Diego Pessi, da Promotoria de Justiça de Marau, com a finalidade de apurar possível prática de venda irregular de medicamentos de uso controlado, tendo como investigada Farmácia Agafarma (Lazzari e Tomasini Ltda).

PROMOTORIA DE SANTO ÂNGELO

1) Inquérito Civil nº 107/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Rosângela Corrêa da Rosa, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, com a finalidade de apurar eventual falta de serviços de energia elétrica de qualidade no interior do Município de Santo Ângelo, tendo como investigados RGE e o Município de Santo Ângelo.

PROMOTORIA DE PORTO ALEGRE

1) Inquérito Civil nº 270/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual deficiência na prestação de serviços, tendo como investigado Estética Zafine.

2) Inquérito Civil nº 271/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível fornecimento de produto (leite em pó marca Elegê) com vício de qualidade, tendo como investigada Brasil Foods S.A. - BRF.

3) Inquérito Civil nº 272/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual prática comercial abusiva pela retenção de documento ou bem como garantia de pagamento em função da indisponibilidade temporária do sistema de pagamento com cartão, tendo como investigada Danceteria Be Happy.

4) Inquérito Civil nº 276/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível prática comercial abusiva e oferta enganosa de produto (rotulagem do adoçante Doce Menor Stevia Mix), tendo como investigada Gold Nutrition Ind. e Com. Ltda.

5) Inquérito Civil nº 277/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Rossano Biazus, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual prática abusiva consistente na exigência de solicitação de internação apenas por médico associado, tendo como investigada UNIMED CENTRO RS – Sociedade Cooperativa de Serviços Médicos Ltda..

6) Inquérito Civil nº 280/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possível vício de rotulagem em produto “Stevip”, tendo como investigada Stevia Brasil Indústria Alimentícia Ltda.

7) Inquérito Civil nº 281/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventual cancelamento do curso de Pós Graduação em Gestão Empresarial oferecido pela Faculdade Decision em Porto Alegre, a ser realizado através de convênio com a EBAPE/FGV-RJ, tendo como investigados Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE/FGV-RJ e Faculdade Decision em Porto Alegre.

8) Inquérito Civil nº 282/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Alexandre Lipp João, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 19 de outubro de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 794

apurar possível deficiência na prestação do serviço público de transporte referente à linha 3751 - Agronomia, tendo como investigado UNIBUS – Consórcio União da Bacia Urbana Sudeste Leste.

9) Peça de Informação nº 285/2011, instaurada pelo Promotor de Justiça Alcindo Luz Bastos da Silva Filho, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor de Porto Alegre, com a finalidade de apurar eventuais problemas com as linhas da Nextel, tendo como investigada Nextel Comunicações Ltda..

PROMOTORIA DE SOLEDADE

1) Inquérito Civil nº 99/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça João Paulo Fontoura de Medeiros, da Promotoria de Justiça de Soledade, com a finalidade de apurar possível dano ambiental ocasionado pela exploração de frigorífico, sem licença do órgão ambiental competente, tendo como investigado Valdemar Angelo Fachi.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 17 de outubro de 2011.

TÊMIS LIMBERGER,

Coordenadora do CAO Consumidor.

De acordo.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

EDITAL N.º 21/2011

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS, cientifica que, a pedido do responsável legal, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul excluiu a entidade Equipe de Associados para Apoio Assistencial Comunitário Vale do Taquari do cadastro de beneficiários de bens ou valores obtidos por meio de compromisso de ajustamento de conduta.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 18 de outubro de 2011.

MARCELO LEMOS DORNELLES,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.